



Jonas Pereira/Agência Senado



José Sarney recebe atores do Projeto Visite Encena: homenagem do Senado ao Dia da Proclamação da República

A visita de grandes nomes da República

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu quarta-feira os atores que participam do Projeto Visite Encena caracterizados como personagens da República, como Tiradentes, Aristides Lobo e Itamar

Franco. Iniciativa da Secretaria de Relações Públicas, a ação começou ontem, Dia da Proclamação da República, e segue até domingo com esquetes teatrais durante as visitas guiadas ao Congresso. **3**

Duas novas disciplinas para o ensino básico **3**

Imposto em nota fiscal é avanço, diz Sarney **2**

Reajuste para Judiciário é analisado por relator **8**

Ajuda a municípios mobiliza senadores

Cinco senadores comentaram na quarta-feira o pacote anunciado pelo governo para amenizar as dificuldades de caixa das prefeituras. Entre as propostas está MP que permite renegociação de dívidas previdenciárias

José Sarney, Walter Pinheiro e Romero Jucá avaliaram que as medidas são importantes para os municípios, que perderam arrecadação a partir de desonerações fiscais adotadas pelo governo para estimular a economia. Na oposição, Alvaro Dias afirmou que o pacote apenas

“empurra dívidas adiante”. Já Ivo Cassol identificou a redução de impostos para estimular consumo como um dos problemas das prefeituras. O governo prometeu para hoje repasse de R\$ 1,95 bilhão pelo Fundo de Exportação e, até o fim do ano, R\$ 1,5 bilhão para pagamento de obras. **4**

Adiada votação de PEC que indeniza titular de terra declarada indígena

Um voto em separado de Eduardo Suplicy levou ao adiamento da votação, na CCJ, da PEC que prevê indenização aos detentores de títulos de domínio de terras

que foram declaradas indígenas. O texto de Suplicy prevê que a indenização aos fazendeiros seja paga não apenas pela União, mas também pelos estados. **6**

Genildo Menezes/Agência Senado



Luiz Henrique e Eunício Oliveira conversam na Comissão de Constituição e Justiça



José Cruz/Agência Senado

Zimmermann responde a questões polêmicas apresentadas por senadores e deputados durante a audiência pública

MP da energia prevê contas mais baratas

Durante quatro horas, parlamentares debateram com o ministro Márcio Zimmermann e outros representantes do governo a Medida Provisória 579/12. O texto prorroga em até 30 anos as concessões das empresas que concordarem em abaixar tarifas. Quem

não reduzir deve perder a concessão. As usinas e redes passam, então, para o governo, que abrirá licitação para escolher novos operadores. Zimmermann explicou que só haverá indenização para valores investidos após construção de usina. **7**

Investigar remédio falsificado pode passar a ser tarefa da PF **3**

Comissão aprova o fim de taxa abusiva por remarcação de voo **8**

Avança benefício a demitidos no governo Collor **8**

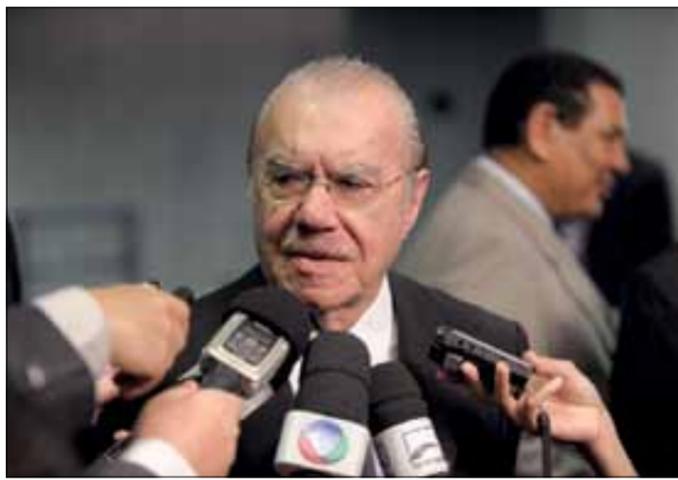
Sarney: imposto descrito em nota fiscal é avanço

Para presidente do Senado, foi acertada a decisão da Câmara de aprovar projeto que obriga faturas a conter discriminação de tributos; texto agora espera sanção presidencial

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, elogiou a aprovação pela Câmara dos Deputados do projeto de lei que determina a discriminação nas notas fiscais do valor total dos tributos que incidem no preço de quaisquer mercadorias e serviços vendidos no país.

De acordo com Sarney, a proposta — votada na terça-feira pelos deputados federais — conferirá maior transparência em relação à participação dos impostos na composição do preço das mercadorias. O projeto foi enviado para a sanção presidencial.

A proposta original (PLS 174/06) é de Renan Calheiros (PMDB-AL) e é resultado de uma iniciativa popular conduzida pela Associação



O presidente do Senado, José Sarney, fala a jornalistas sobre projeto aprovado

Comercial de São Paulo, que coletou 1,56 milhão de assinaturas de apoio durante a campanha nacional De Olho no Imposto.

— É um projeto bom, sobretudo porque cria mais transparência, que é tudo o

que se deseja no Brasil. Será possível identificar quanto o povo paga de imposto e quanto realmente paga pelos produtos que consome.

Além de garantir maior transparência no ato de consumo, Sarney avalia que

a medida imporá maior responsabilidade ao governo na correta aplicação dos impostos cobrados da população.

— Isso é uma maneira de transparência do governo em relação à população e até cria mais responsabilidade pelos impostos que se paga e a aplicação desses impostos. Não é nenhuma novidade. Muitos países do mundo procedem dessa maneira — observou Sarney.

Nota fiscal

A identificação do total de tributos que está sendo pago será feita na nota fiscal. A informação também poderá constar de painel afixado em local visível para cada mercadoria ou serviço.

O descumprimento da regra sujeitará o estabelecimento

comercial às sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor, como multa, suspensão das atividades e até mesmo cassação da licença de funcionamento.

O texto prevê que deverão ser identificados nove tributos: Imposto de Renda, CSLL, IOF, IPI, PIS-Pasep, Cofins, Cide—Combustíveis, ICMS e ISS.

Os dois últimos são, respectivamente, das esferas estadual e municipal. Os demais são arrecadados pelo governo federal.

A previsão é que, se for sancionada pela presidente Dilma Rousseff, a regra entre em vigor seis meses após a publicação no *Diário Oficial da União*. Ou seja, deve começar a valer entre maio e junho de 2013. (Com informações da Agência Câmara)

Senado adota cartão para gasto excepcional; fatura estará on-line

A Comissão Diretora aprovou quarta-feira um ato que moderniza o uso do chamado suprimento de fundos no Senado, com a adoção de cartões de pagamento.

Aciona-se o suprimento de fundos no pagamento de dois tipos de despesa excepcional: a de baixo valor e a eventual que exija pagamento imediato, como aquelas feitas em viagens. O limite é de R\$ 1.500. Nesses casos, não se seguem os processos normais de aquisição pública.

A condução do suprimento de fundos cabe ao gestor de cada setor do Senado. O ato de concessão precisa conter o motivo, a vantagem econômica e a excepcionalidade do uso.

Até agora, o Senado liberava os valores em contas correntes específicas para esse uso, abertas em nome dos servidores autorizados a realizar os gastos.

De acordo com o primeiro-secretário do Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB), a medida dará maior transparência aos gastos feitos nessa modalidade

e facilitará o controle do Senado sobre as operações:

— Cada extrato desse cartão estará disponível na internet.

Para garantir o acesso público às informações sobre o suprimento de fundos, a Secretaria Especial de Informática (Prodasen) cuidará para que todas as autorizações concedidas sejam publicadas na internet. Também sairão no *Boletim Administrativo de Pessoal*. A mudança entrará em vigor 30 dias depois da publicação no *Diário do Senado Federal*.



Senador Cícero Lucena diz que adoção de cartão dará transparência a gastos

Casa ganha comitê gestor de site e manual de comunicação

Para orientar as rotinas dos veículos da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) do Senado e a conduta dos profissionais do setor, a Comissão Diretora aprovou a proposta de implantação e de regulamentação do *Manual de Comunicação da Secs*.

O manual busca consolidar normas de redação e estilo, estabelecer diretrizes para as estratégias e ações de comunicação da Casa e aprimorar a qualidade da informação, dos produtos e dos serviços prestados à sociedade.

A Secs engloba a Agência Senado, o *Jornal do Senado*, a TV Senado, a Rádio Senado, a Secretaria de Relações Públicas, a de Pesquisa e Opinião (Sepop) e o setor de criação e marketing (Supres).

Também foi aprovada a instituição do Comitê Gestor do Site do Senado, no âmbito da internet, da intranet e da extranet. O modelo de gestão estabelecido no novo texto prevê a criação de um órgão colegiado que seja responsável pela definição de políticas a serem adotadas pela página do Senado, a partir das diretrizes do Comitê de Governança do Senado. O órgão vai ser formado por representantes da Diretoria-Geral, Secretaria-Geral da Mesa, Prodases, Secretaria de Informação e Documentação e Secs.

O objetivo do comitê gestor, de acordo com o primeiro-secretário do Senado, Cícero Lucena, é aperfeiçoar e modernizar a regulamentação vigente sobre o site do Senado Federal, de maneira a garantir o equilíbrio na oferta de conteúdo e serviço ao cidadão pela internet.

Gratificação por desempenho de servidor será regulamentada

O pagamento da gratificação de desempenho aos servidores do Senado será regulamentado. A Comissão Diretora anunciou que vai apresentar um novo projeto de resolução com esse objetivo.

Prevista na Lei 12.300/10, que alterou o plano de carreira do Senado Federal, a gratificação de desempenho concedida aos servidores da Casa atualmente é de 60% sobre os vencimentos básicos, de acordo com o que determina a própria norma. Com a regulamentação, o ganho deverá variar entre 60% e 100%, conforme a avaliação de desempenho de cada funcionário, a ser feita pelo respectivo chefe.

A proposta definirá os critérios a serem utilizados nas avaliações. Segundo a Comissão Diretora, serão considerados itens como qualidade do trabalho, produtividade, compartilhamento do conhecimento, iniciativa e desenvolvimento de equipes, entre outros.

O projeto de resolução foi elaborado por um grupo de trabalho formado por servidores do Senado.

Correção

Ao contrário do informado na edição de quarta-feira do *Jornal do Senado* (nº 3.776), não irá a Plenário a proposta da Controladoria-Geral da União (CGU) para que a inclusão de dados sobre a Copa na internet seja unificada. Após a aprovação

na Comissão de Meio Ambiente (CMA), será firmado um protocolo de intenções entre Senado, CGU, Tribunal de Contas da União (TCU) e Câmara dos Deputados para definir parâmetros técnicos que garantam a independência dos portais.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Discursos

9h Sem votação de matérias, a sessão é não deliberativa e destina-se a pronunciamentos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Comissão de Constituição e Justiça, presidida por Eunício Oliveira (D), vota o projeto que segue agora para a Câmara

PF ganha mais força contra a falsificação de remédios

Projeto aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça facilita investigação pela Polícia Federal, que pode frear a distribuição de medicamentos adulterados por meio dos serviços de alfândega que já realiza

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou quarta-feira projeto que inclui a falsificação de medicamentos e sua venda, inclusive pela internet, na lista de crimes de repercussão interestadual e internacional passíveis de investigação pela Polícia Federal. Se não for apresentado recurso para votação em Plenário, o projeto segue para exame na Câmara dos Deputados.

O autor do projeto, Humberto Costa (PT-PE), explica que a Polícia Federal enfrenta dificuldade para investigar a falsificação de remédios e a venda por não haver previsão legal para ação do órgão no combate a esses delitos, dentro de sua esfera de competência.

Para acabar com a dificuldade, o senador quer incluir na Lei 10.446/02, como atribuições da Polícia Federal, a investigação da prática de “falsificação, corrupção,

adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais, e a venda, inclusive pela internet, o depósito ou a distribuição do produto falsificado, corrompido, adulterado ou alterado”.

O relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), disse que a globalização e os acordos de livre comércio entre países têm resultado no aumento da oferta de produtos falsificados.

Ameaça à saúde

Inácio ressalta que a falsificação de medicamentos representa uma ameaça à saúde da população, pois os produtos, mesmo que contêmham o princípio ativo correto (algumas vezes, em subdoses), podem também conter substâncias potencialmente fatais e que muitas vezes colocam em perigo a vida das pessoas.

Em seu voto favorável, Inácio lembrou que a Polícia Federal

está capacitada para investigar esses crimes, especialmente pelos serviços de alfândega e fiscalização que já realiza. Para o senador, o órgão poderá identificar as fontes das falsificações e frear a distribuição dos remédios adulterados, mesmo quando isso é feito por meio da internet.

No debate, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) alertou para a gravidade da falsificação de medicamentos e apoiou a medida proposta por Humberto Costa. Ao também apoiar a proposta, Pedro Taques (PDT-MT) apontou a possibilidade de o projeto gerar dúvidas no que se refere à competência criminal na apuração desse tipo de crime: se cabe à Justiça federal ou à estadual. O relator do projeto informou, no entanto, que a proposta conta com a concordância do Ministério da Justiça e da Polícia Federal.

Humberto tem outras propostas para conter pirataria na saúde

No Plenário, Humberto comemorou a aprovação de seu projeto pela CCJ. Ele explicou que a proposta se soma a outros dois textos apresentados por ele que visam combater a pirataria de medicamentos: o PLS 162/11, que institui a Política Nacional de Combate à Pirataria de Produtos Submetidos à Vigilância Sanitária, e o PLS 464/11, que suspende as atividades comerciais de empresa suspeita de pirataria de produtos médicos e cosméticos.

— Essa é uma das mais cruéis formas de pirataria, pois afeta danosamente a saúde dos usuários, seja pela ingestão de substâncias nocivas ou pela falta do tratamento adequado — disse o senador.

Ele comunicou que participará de reunião da Organização Mundial da Saúde (OMS) em Buenos Aires, a partir de segunda-feira, para discutir formas de defender a população de remédios falsificados ou fora dos padrões e analisar os seus impactos na saúde.



Senador irá a reunião em Buenos Aires

Humberto também elogiou o lançamento, pelo Ministério da Saúde, do portal Autocuidado do Diabetes, com informações sobre a doença, seus sintomas, implicações e orientações. Em 2010, observou o senador, 54 mil brasileiros morreram por causa do diabetes.

Aprovada inclusão de duas novas disciplinas na grade curricular da educação básica

O Plenário aprovou quarta-feira o PLS 2/12, que inclui duas novas disciplinas obrigatórias nos currículos dos ensinos fundamental e médio: Cidadania Moral e Ética e Ética Social e Política. A proposta segue para exame da Câmara dos Deputados.

O projeto, de Sérgio Souza (PMDB-PR), altera os artigos 32 e 36 da Lei 9.394/96, que fixa diretrizes e bases da educação nacional. Souza

argumenta que as disciplinas serão importantes para resgatar valores éticos e morais na formação dos cidadãos.

A proposta havia sido aprovada em decisão terminativa na Comissão de Educação e Cultura, mas requerimento de Eduardo Braga (PMDB-AM) motivou a votação em Plenário. O Ministério da Educação havia criticado o projeto ao prever “inchaço” da grade curricular.



Sérgio Souza (E) acompanha em Plenário a votação de seu projeto

Começa a tramitar MP com crédito extraordinário de R\$ 1,6 bi para o Fies

Foi lida em Plenário, quarta-feira, a Medida Provisória (MP) 588/12, que abre créditos extraordinários de mais de R\$ 1,6 bilhão para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), do Ministério da Educação.

Segundo a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, os recursos vão proporcionar novos financiamentos e a renovação de contratos

formalizados até 2011. Ela afirmou que o Fies é um dos principais instrumentos do governo federal para ampliação do acesso de jovens ao ensino superior.

A MP será enviada para análise da Comissão Mista de Orçamento (CMO), onde poderá receber emendas. O texto foi publicado no *Diário Oficial da União* na terça-feira.

Inácio Arruda defende destinação de 10% do produto interno bruto à educação

Inácio Arruda (PCdoB-CE) elogiou o projeto do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado na Câmara, que destina 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação, mas alertou que o plano depende de fontes seguras de financiamento. Ele elogiou a presidente Dilma Rousseff por “afastar demagogias” nesse aspecto:

— Não basta dizer “10% do PIB para a educação”.

É preciso saber de onde vamos tirar os recursos — afirmou.

O senador lamentou que o ex-presidente Lula tenha vetado a destinação de 50% do fundo social do pré-sal para a educação, mas espera que a proposta volte a ser discutida. Ele afirmou que considera fundamental universalizar a educação infantil e garantir a formação continuada dos professores.

Atores de projeto que homenageia a República visitam Sarney



Artistas representam Itamar Franco, Aristides Lobo, a República e Tiradentes

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na quarta-feira os atores que participam do Projeto Visite Encena caracterizados como personagens da República. Realizada pela área de Relações Públicas do Senado, a ação, que começou ontem e vai até domingo, envolve pequenas intervenções teatrais durante as visitas guiadas ao Congresso.

Entre as figuras representadas, estão a República; o

alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (1746-1792), considerado precursor dessa forma de governo; um senador do século 19, Aristides Lobo (1838—1896), que era republicano e abolicionista; e o senador Itamar Franco (1930—2011), em cujo período como presidente do país (1992—1994) se deu o plebiscito que confirmou a República como forma de governo no Brasil.

Com bom humor, Sarney cumprimentou cada um dos artistas e mencionou a jovialidade do ator que representa Itamar Franco. Para Sarney, a República trouxe a modernização ao Brasil. Ele acrescentou que o país vem amadurecendo, com instituições consolidadas e povo livre para manifestar sua vontade.

— A República representa a liberdade e a Federação representa a unidade — declarou.

Comissão adia voto de PEC que indeniza fazendeiros

Proposta prevê compensação financeira a pessoas que tiveram suas terras classificadas como tradicionalmente indígenas; discussões na CCJ deverão ser retomadas na semana que vem

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania adiou, de novo, a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 71/11) que obriga a União a indenizar detentores de títulos de domínio de terras indígenas expedidos até 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. O adiamento foi decidido a pedido do relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), e motivado pela apresentação de um voto em separado de Eduardo Suplicy (PT-SP).

A Constituição determina que a nulidade ou a extinção de atos de domínio e posse de terras tradicionalmente ocupadas por indígenas não geram direito a indenização pela terra nua nem a ações contra a União. A única hipótese admitida de compensação aos proprietários rurais é em relação a benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

A PEC, de Paulo Bauer



Luiz Henrique fala na CCJ, ao lado de Waldemir Moka e Rodrigo Rollemberg

(PSDB-SC), estabelece expressamente o dever da União de indenizar possuidores de títulos de domínio que os indiquem como proprietários de áreas declaradas tradicionalmente indígenas — regularmente expedidos pelo poder público até 5 de outubro de 1988 — tanto pelo valor da terra nua quanto pelas benfeitorias realizadas de boa-fé.

— Não defendo grileiro nem invasor de terra, mas ocorre que em Mato Grosso do Sul o ex-presidente Vargas vendeu títulos de terra, colonizou, e

as pessoas têm posse da terra de fato e de direito. Se não se permitir a indenização, não há como fazer a coisa justa. Isso precisa ser sanado — disse Waldemir Moka (PMDB-MS).

Luiz Henrique disse que detentores de títulos de domínio de terras tradicionalmente indígenas de Santa Catarina também enfrentam o problema:

— Agricultores adquiriram terra de programa de reforma agrária do governo. Algumas são ocupadas pela quarta geração.

A PEC deve voltar à pauta de votações da CCJ na quarta.

Moka quer garantir no Orçamento verba para titular de terra indígena

Waldemir Moka (PMDB-MS) disse que o Senado precisa dar atenção aos proprietários de terras em Mato Grosso do Sul em disputa com indígenas. Segundo ele, muitos produtores rurais têm documentos legais de posse.

O senador disse que, quando a Funai reco-

nhece que uma terra pertence a alguma tribo indígena, a terra passa a ser da União. Assim, o governo federal pode indenizar só pelas benfeitorias, e não pela terra nua.

— O Senado precisa discutir uma emenda de recursos orçamentários, para garantir a indenização.

Suplicy propõe que União divida compensação financeira com estado

Além da União, os estados poderão ser obrigados a indenizar quem tem título de domínio de terra declarada indígena expedido antes da Constituição de 1988. A inclusão dos estados está num texto alternativo à PEC 71/11. A proposição foi encaminhada à CCJ por meio de voto em

separado de Eduardo Suplicy (PT-SP). Fruto de negociações entre segmentos envolvidos na demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul, o texto mantém a cobertura tanto do valor da terra nua quanto das benfeitorias feitas de boa-fé, como determina a PEC 71/11.

Comissões debaterão sistema elétrico e oferta de combustíveis

Os problemas e falhas no fornecimento de energia que provocaram recentes apagões em diversas regiões do país serão discutidos em audiência conjunta das Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira, às 14h. O ministro interino de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, falará sobre as condições de funcionamento do Sistema Elétrico Brasileiro.

O debate foi requerido pelo líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), e por outros senadores.

A CI também aprovou requerimento de audiência sobre as condições de abastecimento de combustíveis, especialmente a gasolina, para o consumidor. O autor do requerimento, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), se disse preocupado com as notícias de que o governo federal começou a traçar um plano de emergência para

evitar o desabastecimento de combustível ainda neste ano. A crise se daria devido ao consumo recorde, que superará 30 bilhões de litros em 2012, mas também à falta de capacidade interna de produção e a problemas de infraestrutura de armazenagem e distribuição.

Foram convidados representantes dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, e do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

Aeroportos

Também foi aprovada pela CI a realização de audiência, em conjunto com a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, para discutir os termos de concessões dos espaços aeroportuários.

Segundo João Costa (PPL-TO), autor do requerimento, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) “tem agido de maneira a favorecer as empresas de linhas aéreas regulares em detrimento dos demais *players* dos setores, o que vem causando instabilidade e insegurança jurídica quanto à continuidade de seus negócios”. Foram convidados o presidente da Infraero, Gustavo do Vale; o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação (Anac), Marcelo Guarany, e representantes da aviação geral e dos táxis aéreos.

Lúcia Vânia preside a Comissão de Infraestrutura, que discutirá os termos de concessões dos espaços aeroportuários



Tomás Correia faz balanço de seus quatro meses de mandato



Tomás é suplente de Valdir Raupp

Tomás Correia (PMDB-RO) fez quarta-feira um balanço do período em que ocupou o cargo de senador, em substituição a Valdir Raupp (PMDB-RO), de quem é primeiro-suplente. Raupp deve reassumir hoje o mandato.

Tomás Correia tomou posse em 17 de julho. Ele relatou que,

nos quatro meses de mandato, participou de comissões temáticas, audiências e debates. Ele acrescentou que foi designado pelo PMDB membro da comissão da reforma do Código Penal e apresentou 20 emendas sobre temas como aborto, eutanásia e drogas.

— São assuntos para os

quais o país ainda não está preparado para a sua discussão — disse.

O senador destacou que defendeu a transferência dos servidores do território de Rondônia para a União e que apresentou projetos propondo o aumento da validade do passaporte e o fim da exigência

de avalista no Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

Tomás Correia também destacou a proposta de emenda à Constituição (PEC 53/12), de sua autoria e que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que facilita a apresentação de projeto de lei por iniciativa popular.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Ministro explica MP da redução da conta de luz

Medida provisória em análise no Congresso prorroga concessões apenas das empresas que concordarem em baixar tarifas, e quem sair não terá direito a indenização ampla

A EMPRESA DE energia elétrica que não quiser reduzir tarifas deve perder a concessão sem receber indenização pelos investimentos antigos. Segundo o ministro interino de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, essa é a intenção da Medida Provisória 579/12, que prorroga em até 30 anos as concessões das empresas que concordarem com a redução das tarifas. Sem esse compromisso, usinas e redes passam para o governo, que abrirá licitação para escolher novos operadores.

A explicação foi dada pelo ministro em audiência realizada quarta-feira pela comissão mista que analisa a MP. Para representantes do governo e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), não

se remunera ativo amortizado em regime de concessão.

O debate se estendeu por quatro horas. Senadores e deputados levantaram questões polêmicas, como o valor das indenizações a empresas que perderem concessões, a suposta quebra de contrato e o prazo curto para a assinatura dos contratos de prorrogação. Também

foi questionada a perda dos estados na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

O advogado-geral da União, ministro Luís Inácio Adams,

enfatizou que não há garantia de prorrogação para usinas que querem mais 20 anos, como três da Cemig que não conseguiram se beneficiar dessa vantagem enquanto outras já usufruíram da primeira prorrogação. Ele explicou que, para prorrogar a concessão, deve-se constatar a adequada prestação do serviço público. A regra é a licitação, e não a prorrogação.

— Não há que se falar num direito inalienável à prorrogação — disse Adams.

O advogado-geral da União esclareceu que não existe, nos contratos específicos das concessionárias, nenhuma cláusula que torne automática

a prorrogação sob os critérios anteriores à MP 579/12.

Parlamentares questionaram a razão de o governo, para reduzir a conta de luz dos brasileiros, não retirar os tributos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Antonio Henrique Pinheiro Silveira, explicou que o governo está empenhado em apresentar uma reforma do tributo e não quis introduzir na MP a discussão de PIS e Cofins.

— Além disso, a completa eliminação de PIS e Cofins neste caso não produziria os mesmos efeitos da redução dos encargos. Portanto, foi preferência investir na redução de

encargos — afirmou Silveira.

Sobre a redução da arrecadação do ICMS pelos estados devido à redução das tarifas, o secretário afirmou que o aumento do crescimento econômico poderá repor a perda. O advogado-geral da União acrescentou que aquilo que parece uma redução muitas vezes se transforma em ganho, já que o crescimento econômico positivo gera coleta de impostos.

O próximo passo da comissão, segundo o relator, Renan Calheiros (PMDB-AL), será uma reunião na semana que vem para discutir o mérito da MP e as 431 emendas apresentadas. Renan disse que antes o presidente da comissão, deputado Jilmar Tatto (PT-SP), recusará emendas que não têm relação com o tema da MP.

Debate se estendeu por quatro horas e parlamentares levantaram questões polêmicas



Advogado-geral da União, Luís Inácio Adams (3º à dir.), fala na audiência da comissão mista, entre Antonio Silveira, Márcio Zimmermann, Renan Calheiros, Jilmar Tatto, Nelson Hübner e Marcos Prates

Indenização é pelo valor investido após construção de usina

As indenizações para as empresas do setor de energia que perderem as concessões (caso não consigam oferecer a redução de tarifas proposta na MP 579/12) serão calculadas com base na metodologia do valor novo de reposição. É levantado o custo atual da construção de uma usina nos mesmos padrões e subtraído o valor dos ativos que já foram depreciados.

O advogado-geral da União, Luís Adams, deixou claro que a indenização é pelos investimentos que foram feitos após a construção da usina. O gasto para a construção é considerado amortizado após o período de 30 anos do contrato de concessão.

— É difícil compatibilizar que a amortização de uma usina de 30, 50 anos, seja igual ao valor de uma usina do tamanho de Belo Monte, que hoje custa cerca de R\$ 20 bilhões — disse.

Para o diretor-geral da Aneel, Nelson Hübner, é impossível baixar o custo da energia e, ao mesmo tempo, manter o ganho de todas as empresas geradoras e transmissoras.

— Se não tirarmos os ativos depreciados e não reduzirmos o custo dessa energia, não tem mágica — afirmou.

Fazenda: mudança de regras não prejudicará investimentos

Na audiência da comissão especial mista que examina a MP 579/12, sobre energia elétrica, o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Antonio Henrique Pinheiro Silveira, rebateu as previsões do mercado de que os investimentos no setor elétrico serão prejudicados pelas novas regras de renovação das concessões. A seu ver, os investimentos vão continuar e de forma crescente.

Pela MP, os contratos de concessão a vencer nos próximos anos somente serão renovados se as concessionárias se comprometerem a reduzir em cerca de 20% os custos das tarifas de energia cobradas de empresas e consumidores individuais. Segundo Silveira, são “frágeis” os argumentos dos analistas que apostam na queda dos investimentos:

— Não é aceitável que as empresas do setor precisem permanentemente de transferência de renda do consumidor quando seus investimentos já foram amortizados. O mercado internacional não precisa dessa renda espúria para investir.

Silveira explicou que uma fatia de 13% da redução de 20% das tarifas corresponde aos encargos pagos ainda hoje pelos consumidores para a recuperação de antigos investimentos feitos pelas empresas. O governo considera, no entanto, que os investimentos já foram amortizados ao longo da vigência dos contratos. Os 7% restantes são um complemento decorrente da decisão do governo de reduzir tributos das concessionárias, com exigência de repasse do ganho aos consumidores.

Segundo governo, os investimentos das empresas do setor já foram amortizados

Renan quer assegurar debate, mas alerta para prazo da medida

No debate sobre a MP do setor elétrico, Renan Calheiros, relator da matéria na comissão mista, afirmou que nem o colegiado nem o Congresso deixarão de examinar o conteúdo da proposta com toda a atenção que o tema exige. Como disse, ninguém será “substituído” no debate e a intenção é “ouvir, tirar dúvidas”. O senador lembrou, porém, haver um limite temporal imposto pelo calendário de tramitação.

— Não há como modificar os prazos de uma MP, que nasce com força de lei — salientou.

Delcídio do Amaral (PT-MS) elogiou a iniciativa do governo de propor a redução das tarifas. Por esse ponto de vista, segundo ele, a importância da MP editada é “inquestionável”, não havendo oposição entre os parlamentares. O senador disse que se preocupa, no entanto, com os impactos da medida sobre estatais do setor e acha que a matéria precisa de debate mais cuidadoso. Ele questionou qual a abertura que está sendo dada pelo governo para que a MP 579/12 seja alterada.

— Nós temos que gastar todo o tempo necessário para buscar um texto adequado. Talvez esse seja o tema mais importante a ser discutido no ano — avaliou.

Outra questão levantada foi a real necessidade de o tema ser tratado por medida provisória. Representantes do governo defenderam a urgência pela proximidade das datas de encerramento das concessões, ocasionando pouco tempo para dar a opção de prorrogação antes que se tenha de fazer nova licitação.

Proposta será examinada com o cuidado que ela exige e todos serão ouvidos, diz relator

Jucá analisará propostas de reajuste do Judiciário e MPU

Relator do Orçamento diz que pretende compatibilizar pleitos de aumentos para servidores com previsões de receita disponíveis para as alterações do projeto do Executivo, que tramita no Congresso

AS PROPOSTAS OFICIAIS do Judiciário e do Ministério Público da União (MPU) ao Orçamento de 2013, que preveem respectivamente aumentos de 7,12% e de 29,53% nos salários dos servidores, serão analisadas em conjunto com a proposta orçamentária apresentada pelo governo. O anúncio foi feito pelo relator-geral do projeto, Romero Jucá (PMDB-RR), após café da manhã com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ayres Britto, e dirigentes de outros tribunais superiores.

Jucá disse ter ouvido as ponderações dos representantes do Judiciário e afirmou que pretende compatibilizar os pleitos com as previsões de receita disponíveis para as alterações do projeto do Executivo



Manifestação de servidores do Poder Judiciário durante reunião da CMO

(PLN 24/12), que tramita no Congresso. O relator-geral afirmou também que a decisão de anexar as propostas do Judiciário federal e do MPU atende liminares nesse sentido, expedidas pelos ministros Luiz Fux e Joaquim Barbosa, do STF.

No início de setembro, entidades de classe de juízes

contestaram na Justiça o fato de o Executivo ter retirado do PLN 24/12, apresentado ao Congresso em agosto, o orçamento original elaborado pelo STF. As liminares não obrigam o Congresso a aprovar as propostas, apenas a conhecê-las e examiná-las. A decisão caberá ao Congresso.

Aprovado texto que favorece demitidos no governo Collor

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em votação final, projeto de Lobão Filho (PMDB-MA) que reabre prazo para que servidores e empregados federais exonados, demitidos, despedidos ou dispensados de 16 de março de 1990 a 30 de setembro de 1992 (governo Fernando Collor) solicitem o retorno ao serviço público (PLS 82/12).

O projeto reabre por 180 dias a possibilidade de servidores que se sentiram prejudicados apresentarem requerimento de retorno ao serviço.

Lobão Filho argumentou que a Lei 8.878/94, responsável pela anistia aos afastados naquele período, deu prazo curto para reivindicarem retorno ao serviço. O senador queixou-se ainda da falta de divulgação da medida.

Proposta flexibiliza regra de contrato imobiliário

A Lei do Inquilinato pode ser alterada para permitir regras mais flexíveis em contratos de construção ajustada, conhecidos como *built to suit*, envolvendo imóveis urbanos não residenciais. A modalidade prevê a construção ou reforma de imóvel a pedido de empreendedor interessado em alugá-lo depois da adequação da estrutura às exigências do empreendimento. Apesar de esse tipo de relação contratual já se enquadrar na Lei do Inquilinato, existem incompatibilidades entre características dessa modalidade e dispositivos legais, o que motivou a apresentação do PLC 60/12, aprovado antontem pela CCJ em decisão terminativa.

Projeto fixa taxa máxima para remarcação de voos

Proposta que acaba com a cobrança de taxas abusivas pelo cancelamento ou remarcação de passagens aéreas foi aprovada na CCJ, em caráter terminativo, e deve seguir agora para a Câmara. A proposta (PLS 24/12) determina que, no caso de cancelamento com pedido de reembolso, dentro da validade do bilhete, seja descontada uma taxa de serviço de, no máximo, 10%, independentemente do tipo de tarifa paga. O relator foi Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Segundo Ana Amélia (PP-RS), autora do projeto, “o Código Brasileiro de Aeronáutica fixa em um ano a validade das passagens aéreas. Depreende-se daí que é facultado ao passageiro cancelar ou alterar a data de sua viagem, conforme sua conveniência”. A senadora disse ainda que uma portaria do Comando da Aeronáutica, de 2000, limita o desconto em caso de reembolso a 10% da quantia paga, mas exclui as passagens compradas em promoções.

Atualmente, segundo ela, as taxas de cancelamento ou remarcação de passagens com tarifa promocional giram em torno de R\$ 100. Se pedir reembolso, o passageiro paga ainda outra taxa, de 40% a 50% do valor que sobrou.

— É um absurdo, não há nenhum critério para a multa. Às vezes o valor é 50% maior que o bilhete emitido — disse Ana Amélia, comemorando em Plenário a aprovação. Ela informou que, após sua iniciativa, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) está estudando fixar a multa em até 5% do valor do bilhete.



José Cruz/Agência Senado

Vanessa comemora aprovação na Câmara de adicional de periculosidade a vigilantes

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou a aprovação pela Câmara dos Deputados, terça-feira, do projeto de lei (PL 1.033/03) que estabelece

privado no Brasil em geral é terceirizado e as empresas cobram custo elevado dos clientes. Todavia, isso não é traduzido em salário dig-



Pedro Franco/Agência Senado

30% de adicional de periculosidade para vigilantes e seguranças. A senadora destacou que a proposta foi apresentada por ela há nove anos, quando era deputada federal, a partir de reivindicações de sindicatos e profissionais do setor.

— O serviço de segurança

no para os trabalhadores, que são mal remunerados. Na opinião de Vanessa, a aprovação da matéria é uma forma de fazer com que outro projeto de lei, o PLS 387/08, de Paulo Paim (PT-RS), que concede aposentadoria especial aos vigilantes, tenha a tramitação acelerada.

Serviços da operadora Oi em Roraima são caros e de má qualidade, diz Ângela Portela

Ângela Portela (PT-RR) afirmou que os serviços da telefônica Oi em Roraima são caros e de má qualidade e anunciou ter protocolado três requerimentos de informação sobre financiamentos públicos concedidos à empresa.

Segundo a senadora, a Oi já obteve financiamentos e incentivos no Banco da Amazônia, na Sudam e no BNDES para projetos como o cabeamento com fibras ópticas de 784 quilômetros

entre Boa Vista e Manaus. Há na Justiça de Roraima, disse Ângela, ação civil pública contra a Oi referente à banda larga no estado.

— O serviço de banda larga é extremamente precário. O povo de Roraima sofre com um serviço lento, caro e instável — disse.

Para ela, Roraima está “em situação de plena exclusão digital”. Ângela lembrou que 75% das multas aplicadas pela Anatel em 2012 contra operadoras de telefonia foram destinadas à Oi.



Pedro Franco/Agência Senado

Cidinho ressalta convênio para rodoanel em Cuiabá

Cidinho Santos (PR-MT) registrou a assinatura de convênio de mais de R\$ 300 milhões entre o governo de Mato Grosso e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para a construção de um rodoanel em Cuiabá.

A obra, disse o senador, foi delegada ao governo do estado e será concluída em dois anos.

Cidinho salientou ainda que as obras de duplicação da BR-163/364, no trecho de Rosário Oeste até o distrito de Posto Gil, estão em andamento.



Moneira Moritz/Agência Senado

Rodrigo Rollemberg presta homenagem ao Dia do Hip Hop

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) saudou a realização de audiência pública, na Câmara, em homenagem ao Dia Internacional do Hip Hop, comemorado em 12 de novembro.

O hip hop, disse Rollemberg, é a expressão musical da força criativa que caracteriza o Brasil como nação. Ele destacou que o hip hop está amplamente difundido, principalmente na periferia das regiões metropolitanas.

— É importante ouvir essa população, que se encontra marginalizada e quer ser ouvida — afirmou.

Os jovens do hip hop, disse, cobram políticas públicas que possam reconhecê-los como sujeitos da sociedade.

MP aumenta valor para seguro-safra Projeto de RR entra no Mais Irrigação

Foi lida no Plenário quarta-feira a medida provisória que autoriza, para a safra 2011—2012, o pagamento de R\$ 280 adicionais por família aos agricultores familiares que aderiram ao Fundo Garantia-Safra e tiveram perdas em razão de estiagem. A MP 587/12 autoriza a ampliação do auxílio emergencial no valor de até R\$ 160 por família

para desastres ocorridos em 2012 e estabelece que, para a safra 2012—2013, a adesão ao Fundo Garantia-Safra não será condicionada ao início do plantio.

Segundo o governo, a MP permite o atendimento imediato das vítimas da seca. Também foram lidos os nomes dos parlamentares que irão compor a comissão mista para analisar a MP.

Ao elogiar o Programa Mais Irrigação, do governo federal, Romero Jucá (PMDB-RR) destacou a inclusão de um projeto em Roraima. Ele agradeceu à presidente Dilma Rousseff e ao ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, pois o Projeto Passarão, com irrigação de mil hectares em Roraima, é o único beneficiado na Região Norte.

O Mais Irrigação prioriza ações do Nordeste e do Centro-Oeste. O senador informou que, dos R\$ 5 bilhões previstos no Mais Irrigação, R\$ 41 milhões serão destinados a Roraima para reativar o projeto, parado há anos. Jucá ressaltou que a irrigação é de extrema importância por possibilitar produção nas regiões mais secas.